

## A SEDUÇÃO DOS SENTIDOS\*

### O SIGNIFICADO POLÍTICO DA FESTA POPULAR NA CELEBRAÇÃO DOS FASTOS DA MONARQUIA

MANUEL FILIPE CANAVEIRA\*\*

Em 10 de Maio de 1981 o presidente François Mitterrand assinalou a sua investidura com uma pública homenagem aos paladinos da “Front Populaire” e da resistência ao nazismo. Fê-lo com evidente aparato, percorrendo a rua Souflot em direcção ao Panteão Nacional com solenidade jaurista, mas também com a majestade que a assegurara ao “soberano” De Gaulle, como o cognomina Jean Lacouture numa biografia do general recentemente editada<sup>(1)</sup>, o controlo da V República.

Numa perspectiva simbólica, a festa cívica socialista ainda era nessa altura uma simbiose das tradições jacobina, bonapartista e republicana, embora estivesse prestes a deixar de o ser. Com efeito, decorridos oito anos, por ocasião da comemoração do bicentenário da revolução francesa, o governo Rocard confrontado com a crise do socialismo e o momentâneo triunfo do capitalismo “yuppie”, permitia que o ministro da cultura — o talentoso Jack Lang — mudasse o tom da festa. Não mais paradas militares e discursos grandiloquentes, doravante o climax da festa seria transposto para o barroquismo redivivo do desfile de carros alegóricos nos Campos Elíseos, dos raios laser, fogos de artifício e girândolas que coloriam a música “estelar” de Jarre no Palais de Chaillot.

O ensaio foi um êxito transmitido pela televisão à escala planetária. Em Portugal adoptou-se logo, como é da tradição, o “modelo parisiense” e, em breve, as comemorações do 25 de Abril, que depois do desvario revolucionário haviam caído no formalismo das paradas militares e dos elóquios politicamente inconsequentes, transformaram-se em espectáculo

---

\* Comunicação apresentada no colóquio *A Festa* realizado no âmbito da 1ª Feira de História que decorreu na Feira das Indústrias de Lisboa entre 18 e 22 de Novembro de 1992.

\*\* Departamento de História e Teoria das Ideias.

<sup>(1)</sup> Referimo-nos ao terceiro tomo da monumental biografia do general De Gaulle escrita por Jean Lacouture e publicada em 1986 pelas edições Seuil.

de massas onde pontificavam os grupos rock, os ecrans gigantes, o laser e, para que não fosse só uma recreação da visão e da audição mas também do olfacto e do gosto, o tradicional churrasco. No Terreiro do Paço como na Concórdia a festa funcionou, como soe dizer-se, às mil maravilhas, e a partir de então os partidos políticos perceberam que para concitar o apoio juvenil teriam de fazer o mesmo nas suas campanhas eleitorais.

A publicidade, a grande arte da persuasão desta civilização dos “media”, serviu-se, por seu turno, da espectacularidade dos festejos para divulgar slogans e esconder a falta de ideias. Até hoje, os resultados têm excedido as expectativas, o que garante o sucesso da “receita”, como comprovou o congresso Partido Social-Democrata realizado no último fim-de-semana<sup>(2)</sup>. Claro está que os estrategas partidários exultaram e, na sua proverbial insensibilidade humanística, pensaram haver criado algo de novo, quando afinal apenas tinham ressuscitado, com novas tecnologias, é certo, a festa barroca em todas as suas virtualidades e defeitos.

Pura retórica? Não; apenas a constatação que a festa popular actualmente promovida pelos governos e partidos políticos é, tal como o foram as comemorações dos fastos do absolutismo, uma constante sedução dos sentidos e das inclinações mais primárias do homem. Luís XIV diz-nos, nas suas Memórias, que o povo não podendo penetrar no âmago das questões, dirige ordinariamente os seus juízos para o aparato que simultaneamente o fascina e o torna obediente<sup>(3)</sup>. Qual dos nossos governantes não subscreve, no íntimo, semelhante juízo?

---

<sup>(2)</sup> Num artigo publicado no semanário *O Independente* de 13 de Novembro de 1992, diz-se o seguinte sobre o 16º Congresso do Partido Social-Democrata realizado no Palácio de Cristal:

O Show de Cristal — O PSD quer provar no congresso do Porto que a política também é espectáculo. E não se pouparam esforços nem custos.

Um ecrã gigantesco vai projectar caras e excitações, ampliando, para que ninguém perca pitada, os momentos de um congresso que à partida se poderá julgar tranquilo.[...] Música clássica, e não apenas o hino laranja, acolhe os militantes [...] sobre as bancadas onde estarão sentados os delegados vão ser focados feixes de luzes que reflectem o desenho e as cores da bandeira nacional. [...] O “show” foi proposto por Jorge Alves da Silva, o “mago laranja”, e Falcão e Cunha [responsável pela organização do congresso], não cabia em si de contente.

No XVI Congresso do PSD a liderança não estava efectivamente em causa e, nestas circunstâncias, convém glorificar o líder.

<sup>(3)</sup> Vide Jean-François Solnon, *La cour de France*, Paris, 1987, p. 335.

Suponho, pois, justificarem estes paralelismos o renovado interesse que os historiadores, sobretudo franceses e americanos, têm demonstrado pelo estudo da festa popular setecentista como “empresa de propaganda” e “fabricação” da imagem da realeza absoluta, para utilizar expressões felizes contidas em dois ensaios sobre esta temática<sup>(4)</sup>.

A realeza solar de Luís XIV influiu decisivamente no modelo da festa que a generalidade das monarquias europeias promoveram ao longo de todo o século XVIII. A ideia não foi uma originalidade borbónica, remonta à Antiguidade Clássica como se constata no *Ludus de morte Claudii* de Séneca, onde a resplandecência do rosto de Nero é comparada à luminosidade do sol.<sup>(5)</sup> Contudo, foi o esplendor da corte versalhesca que influiu de imediato na transformação dos hábitos cortesãos em toda a Europa, segundo afirma o espanhol Moran ao estudar as profundas alterações que Filipe V — neto de Luís XIV — introduziu na etiqueta da soturna corte dos Áustrias, as quais, devido aos vários matrimónios que uniram as duas coroas peninsulares, vieram a ter reflexos no quotidiano da corte portuguesa<sup>(6)</sup>. Veríssimo Serrão chega mesmo a afirmar que as instruções régias para a inauguração do monumento à glória josefina impunham um cerimonial idêntico ao que tivera lugar, em 1699, no descerramento da estátua equestre de Luís XIV<sup>(7)</sup>.

O cerimonial era assunto de grande relevância na vida cortesã, funcionando como uma espécie de encenação das relações entre os diversos estratos sociais do Antigo Regime. Neste sentido, e porque sociedade barroca está longe de ser harmónica, os conflitos surgiam amiúde entre os diversos grupos sociais e no interior destes, disputando-se e defendendo-se ciosamente as “precedências”, o mais importante sinal exterior

---

<sup>(4)</sup> Vide M. Martin, *Les Monuments équestres de Louis XIV. Une grande entreprise de propagande monarchique*, Paris 1986.

Vide Peter Burke, *The fabrication of Louis XIV*, New Haven 1992.

<sup>(5)</sup> Vide Lucien Jerphagnon, “D’Auguste a Néron, le génie de la propagande romaine”, in *L’Histoire*, nº 137 (Outubro), Paris 1990, p. 22.

Díon Cássio dá o título de Apocoloquintose a esta obra de Séneca.

<sup>(6)</sup> Vide Miguel Moran, *La imagen del rey. Felipe V y el arte*, Madrid 1990, p. 12-20.

<sup>(7)</sup> Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *O marquês de Pombal. O homem, o diplomata e o estadista*, Lisboa 1987, p. 78.

do pundonor e qualidade de um personagem na hierarquia da corte. Nas ocasiões festivas, como é natural, a preocupação de surgir em posição de evidência aumentava, dando origem a uma doentia emulação, por se saber que um lugar mais sombrio, ou ligeiramente menos luminoso, conduzia a uma perda de prestígio e de consideração pública. No tomo da *História genealógica da casa real portuguesa* dedicado à Casa de Bragança, D. António Caetano de Sousa revela-nos a preocupação dos duques D. Jaime<sup>(8)</sup> e D. Teodósio I<sup>(9)</sup> em não cederem, respectivamente, a “precedência” ao Senhor D. Jorge e a D. António Prior do Crato, porque isso significaria a subalternização do seu título nobiliárquico.

Os reis tiravam proveito desta ânsia de primazia nas “precedências”, mas às vezes tinham dificuldade em gerir politicamente os quiproquos que forçosamente surgiam, com o seu rol de inimizades e desforços para recobrar a “honra” perdida. Por isso, era vulgar a dispensa das “precedências” nas festas públicas da corte, como sucedeu em 1750 na aclamação e juramento de D. José, onde o rei-de-arms proclamou em voz alta que *S. Majestade mandava que naquele auto jurassem e lhe beijassem a mão os Grandes, títulos, seculares, e eclesiásticos, e mais pessoas da nobreza, assim como se achassem sem precedência, nem prejuízo de direito*<sup>(10)</sup>. O expediente, contudo, tinha sempre uma aplicação parcial, porque levá-lo até às últimas consequências era subverter os fundamentos do próprio regime. A mistura dos “estados” era em si mesma subversiva e negava a essência do absolutismo, daí que a sua separação fosse imperiosa, como podemos constatar nos diversos relatos dos festejos da inauguração da estátua de D. José I, em que a geografia da Praça do Comércio e a localização do camarote real condicionam, numa perspectiva hierárquica, a distribuição dos sectores reservados aos diferentes corpos sociais<sup>(11)</sup>.

A rígida etiqueta a observar na celebração dos fastos da monarquia

---

<sup>(8)</sup> Vide D. António Caetano de Sousa, *História genealógica da casa real portuguesa desde a sua origem até ao presente com as famílias ilustres, que procedem dos reis, e dos sereníssimos duques de Bragança justificada com instrumentos e escritores de inviolável fé e oferecida a el-rei D. João V nosso senhor*, Lisboa 1735-1748, tomo V, livro IV, cap. VIII., p. 280 e 281.

<sup>(9)</sup> Vide *idem, ibidem*, tomo VI, livro VI, cap. XIII, p. 33 a 35.

<sup>(10)</sup> In Biblioteca da Ajuda, manuscrito 54-X-6 (29).

<sup>(11)</sup> Vide Biblioteca da Ajuda, manuscrito 54-XI-23 (166), fls. 1 e 1v. (Ver texto anexo, p. 12 e 13).

permitia ao rei controlar a nobreza, mas também dava ensejo a esta de lembrar àquele os direitos e deveres recíprocos, como se constata nos discursos pronunciados na entrada real de 1660 (casamento de Luís XIV com a princesa espanhola Maria Teresa) que acentuavam a importância de se ter obtido a paz entre o rei e os nobres, dez anos depois do início das frondas nobiliárquicas (1650).<sup>(12)</sup> O monarca, por seu turno, imprimiu aos festejos uma — até então — inusitada magnificência, porque estava interessado em demonstrar aos súbditos a sua vitória sobre a rebeldia dos príncipes<sup>(13)</sup> e aos estrangeiros a riqueza do seu reino, já que, como afirmava nas suas “Memórias”, o fausto de uma monarquia dissuade os seus inimigos: *No que diz respeito aos estrangeiros, num estado que eles vêem florescente e bem governado, o que se consome nestas despesas que podem ser consideradas supérfluas, provoca neles uma impressão de magnificência, de poder, de riqueza e grandeza... e leva-os a ajuizar com vantagem o que não vêem, pelo que vêem*<sup>(14)</sup>.

A festa barroca visa, como se constata, fins políticos muito concretos e precisos. Mas, para os atingir não bastava o empenho do soberano e dos nobres, era também imprescindível o concurso do povo, porque sem público o espectáculo não existe. Como podia a realeza mostrar o seu triunfo aos súbditos se estes não comparecessem? E os nobres a preeminência do seu estado? Compreende-se, pois, o empenho dos promotores da festa em excitar a curiosidade da gente simples, através da publicação de panfletos distribuídos nas vésperas da festa que indicam os locais onde teriam lugar as cerimónias mais espectaculares, com explicações pormenorizadas da simbologia dos monumentos efémeros e dos actos públicos. Em 1660 os “*crieurs*” de Paris vendiam programas com a descrição dos arcos do triunfo e a explicação das suas alegorias; dois anos depois, circulavam naquela cidade brochuras com o programa das cavalcadas a que iria assistir a corte, indicando o percurso, a composição das quadrigas, bem como a interpretação dos seus emblemas e divisas<sup>(15)</sup>.

A utilidade destas relações em termos propagandísticos foi

---

<sup>(12)</sup> Vide Marie-Christine Moine, *Les fêtes a la cour du Roi Soleil (1653-1715)*, Paris 1984, p. 20.

<sup>(13)</sup> Vide idem, *ibidem*, p. 129 e 130.

<sup>(14)</sup> Citado por idem, *ibidem*, p. 136.

<sup>(15)</sup> Vide idem, *ibidem*, p. 14 e 25.

reconhecida na época<sup>(16)</sup>; em França e Espanha as edições contam-se às centenas, enquanto em Portugal basta consultar o *Dicionário Bibliográfico* de Inocêncio para se concluir que também tiveram larga difusão. Ainda assim, o seu efeito persuasivo era limitado em sociedades pouco alfabetizadas, razão porque era necessário atrair de uma forma mais imediata a curiosidade popular. O apelo aos sentidos era, neste contexto, o meio mais eficaz de excitar a curiosidade popular, como nos diz a historiadora francesa Marie-Christine Moine: *As festas realizadas no período mais brilhante do reinado do Rei-Sol eram espectáculos inteiros, na medida em que satisfaziam todos os sentidos [...]*<sup>(17)</sup>.

Todos nós já reflectimos sobre a eventualidade de perdermos o uso pleno do maravilhoso dom dos cinco sentidos. Nessa altura fazemos sempre uma certa hierarquização da sua importância, acabando por concluir que a visão e a audição são os mais preciosos. Não foi por acaso que S. João da Cruz ao defender a “noite escura dos sentidos” em a *Subida do Monte Carmelo*, refere em primeiro lugar a perda da Visão e logo depois da audição, porque para aquele doutor da Igreja o fechar os olhos e os ouvidos ao mundo era condição prévia de qualquer experiência mística<sup>(18)</sup>. A festa barroca visava exactamente o inverso, daí que os prazeres do espectáculo privilegiassem estes dois órgãos sensoriais.

Ser observado pelos súbditos em atitude majestosa foi o principal desejo de qualquer monarca absoluto. No entanto, isso nem sempre era possível (o que explica a importância do retrato), mas quando tal se proporcionava, os reis tudo faziam para que nada ensombrasse a sua imagem. Luís XIV, por exemplo, recusou o dossel debruado a ouro com que o queriam cobrir na entrada régia de 1660, para se tornar mais visível aos olhos dos parisienses<sup>(19)</sup>. Os criados tiveram porém o cuidado de acompanhar a retaguarda do monarca com o baldaquino, cónscios que estavam da importância do aparato para a dignificação da pessoa do rei. Os populares eram, de facto, atraídos pelo luxo dos artefactos que acom-

---

<sup>(16)</sup> Vide idem, *ibidem*, p. 127.

<sup>(17)</sup> Vide idem, *ibidem*, p. 44.

<sup>(18)</sup> Vide S. João da Cruz, “Subida do Monte Carmelo”, in *Obras Completas*, Ed. Edições “Carmelo”, Aveiro 1977, p. 21 e 22.

<sup>(19)</sup> Vide Marie-Christine Moine, *op. cit.*, p. 15.

panhavam as pessoas reais, o que explica a ostentação que a rainha Maria Teresa fez das suas jóias, aquando da mencionada entrada régia em Paris: *Depois da passagem dos nobres e grandes da corte, o contentamento da multidão atingiu o auge quando apareceu a rainha coberta de diamantes, rubis e pérolas ao peso das quais parecia vergar-se. Não se podia mesmo distinguir a cor do seu vestido, nem ver o acolchoado*<sup>(20)</sup>.

Na entrada régia que D. João V fez em Lisboa, logo após o casamento do príncipe do Brasil com D. Mariana Vitória na vila froteiriça do Caia, o aparato régio centrou-se, segundo uma descrição coeva, no esplendoroso bergantim que atravessou o Tejo e *nas custosas armações, e vistosos artificios* com que o senado da Câmara de Lisboa mandou enfeitar o itinerário régio<sup>(21)</sup>. Dias antes, em Badajoz, onde as cortes de Filipe V e de D. João V compareceram *com todo o luzimento*, fora a liteira da infanta D. Maria Bárbara que prendera as atenções, ao que parece uma verdadeira preciosidade, pois, segundo um testemunho da época, era *tão sumamente custosa, que basta dizer que nela se gastou meio milhão, segundo prova verdadeira*<sup>(22)</sup>.

A primacialidade do sentido da visão na festa barroca parece-nos inequívoca em todas as descrições que conhecemos da inauguração da estátua de D. José I. Numa narração feita por um padre jesuíta<sup>(23)</sup>, é possível avaliar a impressividade visual do espectáculo pela descrição dos carros alegóricos, “perfeição” e “duração” dos fogos de artifício — *como nunca se havia visto em Portugal* — e pela magnificência dos salões destinados ao banquete ofertado pelo senado da Câmara de Lisboa aos

---

<sup>(20)</sup> In idem, *ibidem*, p. 17.

<sup>(21)</sup> Vide Manuel Coelho da Graça, *Breve notícia das entradas, que por mar, e terra fizeram nesta corte Suas Majestades com os sereníssimos príncipes do Brasil, e altezas, que Deus guarde, em 12 de Fevereiro de 1729, Lisboa 1729*, p. 3 e 6.

<sup>(22)</sup> In *Descripcion verdadera y pontual noticia de la solemnissima fiesta alegres regosijos, y festivos aplausos, con que se celebraron los reales, y deseados casamientos de los señores principes de España, y los Brasiles, en la ciudad de Badajoz, este presente año de 1729, Sevilha 1729*, p. 3.

<sup>(23)</sup> Vide Ângelo Pereira, *A inauguração da estátua equestre de El-Rei D. José I. Narração verídica feita por um jesuíta, testemunha ocular do acontecimento*, Ed. Editorial Labor 1938.

Existe um exemplar na Biblioteca Nacional de Lisboa sob a cota SC 51586 V.

cortesãos e diplomatas, *cuja descrição de grande prodigalidade ficaria sempre diminuta, por mais que parecesse excessiva a quem não a viu*<sup>(24)</sup>. Pode-se argumentar que esta riqueza não se destinava a ser admirada pela gente humilde, por lhe estar vedado o acesso aos locais reservados às pessoas de distinção, mas isso não corresponde exactamente à verdade, porque era habitual franquear as portas aos populares após os festejos, ocorrendo estes em grande número para admirar o luxo cortesão<sup>(25)</sup>.

Afigura-se-nos, até, que a participação do povo na festa era mais forte nos momentos ante e pós realização das cerimónias oficiais, pois no decurso destas a assistência remetia-se a uma certa passividade, motivo porque as descrições se lhe referem escassamente, para apenas referirem a grande afluência de público e o júbilo das suas manifestações<sup>(26)</sup>. Situação diversa é a que encontramos nos momentos que precedem a festa, nos quais o concurso da plebe é tão entusiástico que, por vezes, chega a ser evitado, como sucedeu na difícil operação da colocação da estátua de D. José no carro que a transportaria para o Terreiro do Paço:

*[...] foram muitos os que concorreram para esperar a mutação; mas observando, que a noite passava, e nenhum rumor ouviam, alta noite se foram recolhendo. O Mestre [da fundição] que tudo tinha prevenido chamou os operários pelas duas horas da noite, distribuiu os lugares, e advertiu-lhes o cuidado com que deviam trabalhar [...]. Com impensada facilidade, sem gritarias, nem alvoroços populares, suspendeu quanto foi possível, e bastante a estátua, e engenhosamente a voltou, e colocou sobre a zorra, que a esperava. De sorte, que quando o povo pela madrugada concorria para observar o movimento, já estava com facilidade executado*<sup>(27)</sup>.

Se a delicadeza desta manobra aconselhava a máxima discrição, o mesmo não sucedia em relação à condução da estátua para a praça e sua disposição no pedestal, acções que funcionaram como prelúdio da festa da inauguração e acicate do interesse do público. Também aí se “jogou” com o sentido da visão, ao ocultar-se a estátua com uma caixa de madeira

---

<sup>(24)</sup> In idem, *ibidem*. p. 44.

<sup>(25)</sup> Vide Biblioteca da Ajuda, manuscrito 54-XI-23 (166), fl. 3. [Ver texto anexo, p. 15 e 16.]

<sup>(26)</sup> Vide Biblioteca da Ajuda, manuscrito 54-XI-23 (166), fl. 2. (Ver texto anexo, p. 14.)

<sup>(27)</sup> In Ângelo Pereira, *op. cit.*, p. 12.

e enfeitarem-se os operários encarregados do transporte *com todo o asseio de fitas, e flores*, como se lê num manuscrito da autoria do presbítero pernambucano João de Almeida Nobre.<sup>(28)</sup> Quanto ao moroso e difícil trabalho de encaixe no plinto, o citado documento dá-nos a exacta medida da carácter eminentemente visual do alçamento da estátua quando descreve a tensão dos espectadores ao vê-la subir lentamente: *conheciam que subia pela altura, e quanto mais alto a viam, mais crescia o desejo de a ver segura, impacientes todos pela demora do gosto, e receio do perigo.*<sup>(29)</sup>

O final da festa barroca é sempre assinalado com fogo de artifício, cujo lançamento se faz em concomitância com o acendimento instantâneo de milhares de luminárias, provocando o deslumbramento.<sup>(31)</sup> Mas, o rebentamento dos foguetes também produz estrondos que associados às salvas de artilharia são os principais sons da festa popular. Embora a música esteja bem presente no programa festivo, o certo é que aparece mais como complemento das representações operísticas destinadas à corte,<sup>(32)</sup> do que nos desfiles de rua, onde se restringe às marchas marciais

---

(28) In João de Almeida Nobre, *Descrição cronológica da estátua equestre que em memória de el-rei fidelíssimo D. José I nosso senhor, colocou na Praça do Comércio o senado e povo de Lisboa, e da solenidade, com que foi celebrada sua feliz inauguração*, manuscrito da Biblioteca Pública de Évora sob a cota Cod. CIX/1-12, fl. 197.

(29) In idem, *ibidem*, fl. 197v.

(30) Vide idem, *ibidem*, fl. 197v.

(31) Vide Biblioteca da Ajuda, manuscrito 54-XI-23 (166), fls. 2v. [Ver texto anexo, p.15.]

Na narração do padre jesuíta publicada por Ângelo Pereira também se menciona a rapidez com que se acenderam milhares de luminárias, explicando a técnica engenhosa que foi utilizada para conseguir o efeito: *Eram sete horas, e quarenta e sete minutos, quando acabava o último regimento de evacuar a praça, logo foi saindo da arcada um grande número de operários: uns arvoravam dúzias de escadas de mão, todas novas, outros conduziam artefactos, de madeira cheios de tigelas, para luminárias, e com tal material que parecia comunicar-se, o fogo de umas a outras sem aplicação manual, pela celeridade com que se acendiam, o certo é que de grande distância o recebiam por virtude atractiva, sem que fosse necessário chegar os archotes dos pavios. Uns ligavam os artefactos com cordas já delineadas, que outros içavam pelas roldanas de sorte, que no espaço de um quarto de hora, se viram as paredes de todo aquele frontispício, desde a base até à simalha real muito artificialmente iluminadas, com boa arquitectura, e boa uniformidade.* [In Ângelo Pereira, *op. cit.*, p. 30.]

(32) Vide Biblioteca da Ajuda, manuscrito 54-XI-23 (166), fls. 2. [Ver texto anexo, p.14.]

executadas pelas bandas militares e ao acompanhamento das coreografias que ladeiam os carros alegóricos.<sup>(33)</sup> Aliás, o cortejo aparece no fulcro da festa porque é nele que melhor se articulam e complementam os elementos que servem de chamariz aos sentidos da visão, da audição e, também, do olfacto, pois era frequente, lançarem-se flores aromáticas à multidão<sup>(34)</sup> e atapetar com elas o pavimento,<sup>(35)</sup> como sucedeu no descerramento da estátua de D. José.

A festa não estaria completa, ou nem sequer existiria, se não fosse feito um convite ao sentido do gosto. Comer e beber é algo que não falta em todos os momentos. Quando a zorra transportando a estátua do rei entrou no Terreiro do Paço, os operários logo se dirigiram a *dois carros enrramados, um com uma pipa de vinho, e outro carregado de pão e laranjas* ali colocado pelo Juiz do Povo para os recompensar do esforço.<sup>(36)</sup> Dias depois, já em plena festa da inauguração, a praça encheu-se de “*mesas públicas*” onde o povolêu *regalava o paladar, refrigerava o corpo, e enchia as algibeiras*,<sup>(37)</sup> verberando o narrador jesuíta o esbanjamento. Com efeito, a crítica acerada do inaciano dirige-se fundamentalmente para os banquetes, geradores de confusão e desperdício, afirmando a este propósito que no bodo organizado pelo Senado lisboeta se *rasgaram vestidos, perderam chapéus, quebraram espadins*<sup>(38)</sup> e se satisfez a gula cortesã e popular com quantidades inauditas de finas iguarias, de que faz a relação,<sup>(39)</sup> não para exaltar a prodigalidade régia, como sucede em outros textos semelhantes, mas para reprovar a ostentação e descarado roubo.<sup>(40)</sup> A própria nobreza, em seu entender, perdera o decoro ao comparecer no festim realizado na

---

<sup>(33)</sup> Vide Biblioteca da Ajuda, manuscrito 54-XI-23 (166), fls, 2v. [Ver texto anexo, p.15.]

<sup>(34)</sup> Vide Biblioteca da Ajuda, manuscrito 54-XI-23 (166), fls. 1v. [Ver texto anexo, p.13.]

<sup>(35)</sup> Vide Ângelo Pereira, *op. cit.*, p. 35.

<sup>(36)</sup> Vide *idem, ibidem*, p. 17.

<sup>(37)</sup> Vide *idem, ibidem*, p. 32.

<sup>(38)</sup> *idem, ibidem*, p. 34.

<sup>(39)</sup> Vide *idem, ibidem*, p. 46 a 54.

<sup>(40)</sup> A propósito do roubo de iguarias diz o seguinte:

*Por outra parte estes mesmos mandantes [membros do Senado da Câmara de Lisboa], todos os oficiais subalternos, e seus convidados achavam em uma casa copeiros prontos, que lhes administravam as qualidades de doces e bebidas que pediam comendo,*

Casa dos Vinte e Quatro, ficando as mesas ocupadas não pelo “povo mecânico” mas por aqueles *que os desprezam pela desigualdade do nascimento*.<sup>(41)</sup>

Luís XIV gastou em vinte anos de festas públicas, entre 1662 e 1682, trinta e sete milhões de libras apenas em banquetes (alfaias em prata e cardápios),<sup>(42)</sup> verba exorbitante que ainda se torna mais vultuosa quando somada ao elevadíssimo custo das iluminações e divertimentos (o “recreio real” de 1668, por exemplo, atingiu perto de 150.000 libras).<sup>(43)</sup> Como é evidente, boa parte desta quantia serviu para cobrir gastos desnecessários resultantes da má organização e generalizada corrupção,<sup>(44)</sup> mas estas também fazem parte da festa, porque mantêm fidelidades, como não deixa de observar o anónimo jesuíta ao afirmar que o marquês de Pombal as previu *e não acautelou para maior complacência sua, e não para crédito da nação, como ele dizia*.<sup>(45)</sup>

A monarquia absoluta serviu-se do luxo com o objectivo de prestigiar a instituição real perante os súbditos, mas esse expediente foi muitas vezes contraproducente, pois o fausto também suscitava críticas

---

*ensacando sem contradição, ou reparo. E sendo doces os que assim se distribuíram da bolsa alheia por um tão grande número de pessoas por espaço de oito horas, não ficará incrível a referida extracção que os mesmos copeiros também fizeram em canastras, [In idem, *ibidem*, p, 33.]*

<sup>(41)</sup> Vide idem, *ibidem*, p. 34 e 35.

<sup>(42)</sup> A estimativa de Marie-Christine Moine é de 36.809.885 libras [Vide Marie-Christine Moine, *op. cit.*, p. 202].

<sup>(43)</sup> Segundo Marie-Christine Moine gastaram-se precisamente 149.543 libras nesta diversão (só a representação das *Festas do amor e de Baco*, comédia-ballet de Molière e Lullié, custou 44.148 libras) [Vide Marie-Christine Moine, *op. cit.*, p. 207.].

<sup>(44)</sup> Vide Marie-Christine Moine, *op. cit.*, p. 188.

<sup>(45)</sup> In Ângelo Pereira, *op. cit.*, p. 56.

A propósito da corrupção diz-nos ainda o seguinte: *O Senado da Câmara, excedendo na abundância, e profusão, não só saciou a vontade, também a desordenada cobiça dos muitos dos que constituem o seu corpo, e amigos destes: pois tendo-se prevenido com trezentas arrobas de doces para se distribuir com fartura aquelas três noites; dando os copeiros balanço ao que havia na manhã do segundo dia, acharam só 50, e se veio a conhecer, que na primeira tarde, e noite se tinham consumido 250, que faltavam. [In idem, *ibidem*, p. 32.]*

acerbas que obscureciam o brilho da realeza. A narração do jesuíta português é, nesse sentido, paradigmática, sobretudo quando ele no final do texto estabelece uma clara ligação entre o saque fiscal perpetrado pela administração pombalina e a magnificência dos festejos, concluindo com alguma ironia ter sido o povo quem mais pagou e menos usufruiu: *Eis aqui porque eu me animei a dizer, que este obséquio, teve tanto de famoso, quanto de reprovável: tirando-se das bocas dos pobres com que regalar os grandes e ricos, únicos que para ele não concorreram [...]. De sorte, que a primeira figura no público fizeram-na os grandes; mas em particular foram os pequenos os que gastaram.*<sup>(46)</sup>

Como diz o povo, com o seu costumado fatalismo, “sempre foi assim e há-de continuar a ser”.

## APÊNDICE DOCUMENTAL

*Relação das festas que se fizeram na real praça do comércio pela faustíssima inauguração da estátua equestre de S. Majestade fidelíssima nos dias 6, 7 e 8 de Junho, e noites respectivas*

Fl. 1

Principiando pela distribuição, e ordem das janelas, e forçoso descrever primeiro o lado ocidental da praça que se achava ocupado da maneira seguinte. O magnífico torreão deste lado ocidental se destinou para acomodação da família real, servido por uma magnífica escada, e ornadas as salas, tribunas, e gabinetes para a comodidade de Suas Majestades com a maior riqueza, e delicado gosto; a primeira janela que se seguia serviu aos dois eminentíssimos cardeais patriarca, e da Cunha, logo se seguia o núncio, na outra imediata os embaixadores, depois os enviados, os ministros plenipotenciários, os encarregados dos negócios, e secretários. O senhor marquês de Pombal, como director, e inspector das obras públicas, o conde de Oeiras como presidente do senado, e director dos festejos; advertindo que cada uma destas janelas era um gabinete grande, muito bem armado, com porta separada, e com dois criados a cada porta para servirem o refresco, e no mais que fosse preciso sem

---

<sup>(46)</sup> In Ângelo Pereira, *op. cit.*, p. 60.

confusão. As 17 janelas seguintes deste mesmo lado serviram para a nobreza. O mezanino para as senhoras, e os camarotes da arcada para as senhoras que não podiam concorrer com as mulheres dos Grandes, com as dos fidalgos da casa, e das que têm entrada no paço.

O lado setentrional da praça foi ocupado pelo senado da câmara, no seu competente tribunal, e todo o mais resto do plano nobre, para os ministros de todos os tribunais, sem preferência. Os mezaninos para as mulheres dos mesmos ministros. E os camarotes da arcada para as famílias dos homens de negócio. Seguia-se o lado oriental ocupado da maneira seguinte:

O magnífico torreão da alfândega ocupado fronteiro ao em que estava S. Majestade foi o lugar de onde viu a nobreza das províncias. As janelas do plano nobre se deram aos cônsules das nações,

Fl. 1 v

aos prelados das religiões, e aos comerciantes nacionais. Os mezaninos para as mulheres destes comerciantes, e os camarote da arcada para as famílias civis que não pertenciam nem à nobreza, nem ao comércio. Para o povo se fez lugar no terreno da praça, e a Casa dos 24 esteve *protribunali* no plano térreo do torreão oriental, tal foi a distribuição dos lugares e janelas.

No dia 6 de Junho pelas 3 horas da tarde estava a praça vistosíssima, e os caminhos, e serventias para as carruagens em todo o desafogo pelas providências que se tinham dado antecipadamente tendentes a este fim; pelas quatro horas e meia chegou S. Majestade com a sua real família, e ao momento de entrarem na sumptuosa tribuna do torreão foi recebido com as continências militares dos generais, e mais tropa que guarnecia a praça. Imediatamente entrou pelo arco da rua Augusta um carro triunfal que circulando toda a praça, espalhou por ela flores diversas, e flores aromáticas, recolhido que foi o carro entraram na praça os reis d'armas de Portugal, Algarve, e Índia com as suas cotas de cerimónias, todos os coros de timbaleiros e trombetas de el-rei, os quais foram ocupar os quatro lados das escadas do pedestal, seguiam-se imediatamente o tribunal do senado, e o da junta do comércio, com todos os oficiais dependentes, de capa, e volta, que faziam numeroso cortejo: no fim das duas alas vinha o

senhor marquês de Pombal, e o senhor conde de Oeiras, e atrás vestidos em corpo, o arquitecto, o escultor, e abridor da estátua. Chegado o senhor marquês junto à estátua lhe entregou o provedor da junta do Comércio a ponta da cortina que a cobria, e puxando o senhor marquês se desfez a cortina aparecendo a estátua. Naquele instante atroaram o ar os vivas, as trombetas, timbales, tambores, repiques, e salvas. Fez o senhor marquês tão profundas vénias à estátua as mesmas fez o conde de Oeiras, e cada um dos ministros dos dois tribunais, uma, e na mesma forma em que entraram se recolheram pelo mesmo

## Fl. 2

arco. Logo o porteiro-mor que serviu de mestre-sala, avisou a corte, e oficiais da casa de el-rei para descerem a fazer reverências à estátua, o que fizeram vestidos de capa e volta observando-se na marcha o formulário das funções de corte. Havia dois mestres de cerimónias para regularem as preferências dos ministros dos tribunais, os quais logo que a corte se recolheu avisaram os ditos tribunais que juntos vieram também fazer reverência à estátua. Recolhidos os tribunais veio a corte militar, que se compunha de todos os tenentes generais marechais de campo, e brigadeiros que se acham nesta corte, todos em grande uniforme, e bem montados, e à testa deles o General Maclian como governador general desta província, os quais fizeram as suas continências e logo depois por uma breve e linda involução ou manobra vieram passar por diante da estátua; os outros regimentos que estavam na praça, seis de infantaria, e dois de cavalaria, que também fizeram as devidas continências, e deixaram a praça despejada para entrar o mais brilhante, e numeroso concurso do povo, que nunca jamais se viu: a este tempo se recolheram Suas Majestades, e Altezas, e vieram ao real teatro da Ajuda, onde se recitou em música do célebre Jommelli a ópera Demofonte que tanto agradou no ano de 1754, com a música de Peres. À noite houve iluminação geral em toda a corte, e cidade, salvaram três vezes as fortalezas na forma do costume, e na Casa dos Vinte e Quatro se executou tudo o que diz o livro incluso que remeto com pasta de papel em ouro: é para notar que ao momento de o senhor marquês puxar pela cortina que cobria a estátua, e esta ficar patente principiou um fresco geral em todos os lados da praça tão magnífico, que se não pode explicar, e a cada uma das pessoas da nobreza de ambos os sexos que viram do lado da corte, se entregou uma colecção de todas as obras poéticas, e duas e duas estampas semelhantes

Fl. 2 v

e uma que remeto. Todos os três dias das festas foram de gala na corte, e na praça, e todos fizeram o que puderam para brilhar sem contudo se exceder os limites que prescreve a pragmática.

Na segunda tarde de festas se passou o seguinte. Às quatro horas e meia chegaram Suas Majestades, e Altezas, logo principiou o festejo por sete carros triunfantes que na verdade são vistosíssimos, e vem explicado no referido livro das festas do Juiz do Povo da pasta de papel em ouro. Significavam os sete carros as quatro partes do mundo: Portugal triunfante, Apolo, e as musas, e o carro das flores; depois houveram quatro danças da cidade, e acabando estas junto da noite se iluminou quase repentinamente a praça, e iluminada começou o fogo de artifício dos mais vistosos que se tem visto: acabado o fogo passaram todas as senhoras, e fidalgos, ministros, e oficiais generais para o lado oriental da praça, e entrando todo este concurso na magnífica sala da alfândega se principiou a serenata cantada pelos músicos de el-rei, que também vai junta. Durante o festejo desta tarde tinha corrido o refresco como no dia antecedente, e se tinham dado, conforme as graduações das pessoas, as medalhas de ouro e prata.

Acabada de cantar a serenata estando já na tribuna da mesma sala Suas Majestades, e Altezas se principiou o baile na forma que declara a instrução para os mestres de cerimónias, também inclusa. Tinham sido convidados para mestres de cerimónias do baile do conde de S. Paio gentil-homem da câmara de el-rei: D. Cristóvão de Vilhena vedor da casa da rainha: o conde da Ponte, e João de Saldanha gentis-homens da câmara de S.A.R., e José Daun de Carvalho e D. Francisco de Meneses: os quatro primeiros para convidarem as senhoras, e dois para fidalgos. A corte

Fl. 3

se recolheu pelas duas horas da noite, tempo em que a nobreza estava à mesa, sentando-se da primeira vez quatrocentas pessoas, tantos eram os concertos: na cabeceira se via uma pirâmide com o retrato de Sua Majestade, da parte direita corria o rio Tejo com todas as embarcações naturais, e estrangeiras que o frequentam; à esquerda representava as margens do mesmo rio, a nossa agricultura, e o modo de campar das nossas tropas, nos quatro cantos da mesa se viam quatro grandes fontes, o tecto, e as paredes se viam cobertas de verdura, de flores, e inúmeras luzes.

No terceiro dia pelas 5 horas da tarde depois de entrar na praça o carro triunfante das flores manobraram 8 regimentos com grande presteza, e ciência, e depois de retiradas as tropas houve um refresco geral ainda maior, que o dos dias antecedentes. Iluminou-se a praça, e tivemos um fogo de artifício que durou mais de uma hora: acabado este passaram todos os fidalgos, e senhoras, só as da casa de Pombal para o tribunal da Junta de Comércio onde se cantou em música um drama que também remeto: depois deram os deputados uma magnífica ceia à nobreza, e se completaram os três dias de festa. Nos três dias seguintes foi público a todo o povo, a praça, as salas, e torreões dos três lados, iluminando-se todos os apartamentos de noite. Foi inumerável o concurso, e todos viram com cómodo, e na maior ordem. Hoje é o dia oitavo, ouço que se ilumina a praça, que há um fogo de artifício, e um refresco às pessoas que casualmente nela se acharem.

Esta relação é exacta, porque digo tudo o que vi, e foi escrita no dia 13 de Junho.

Manuscrito anónimo existente na Biblioteca da Ajuda sob a cota 54-XI-23 (166).

(Nota) A transcrição está conforme o original, apenas de actualizou, por razões funcionais (devidas ao facto do texto ter sido processado em computador), a ortografia.